<table>
<thead>
<tr>
<th>Evento</th>
<th>Base Legal</th>
<th>Multa</th>
<th>Observações</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Não entregar ou entregar fora do prazo o SPED (No eSocial o evento S1299 deve ser enviado até o dia 07 do mês subsequente)</td>
<td>Artigo 8º, I, da Lei nº 12.766/12</td>
<td>50% da multa se a empresa entregar o eSocial após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício.</td>
<td>R$ 500,00 para empresas no lucro presumido R$ 1.500,00 para empresas no lucro real A Lei fala sobre o SPED, mas como o eSocial faz parte do SPED, entende-se que essa multa se aplica também ao eSocial.</td>
</tr>
<tr>
<td>Após intimado pela Receita, não entregar eSocial e nem prestar esclarecimentos</td>
<td>Artigo 8º, II, da Lei nº 12.766/12</td>
<td>R$ 1.000,00 por mês-calendário</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Apresentar eSocial com informação inexactas, incompletas ou omitidas</td>
<td>Artigo 8º, III, da Lei nº 12.766/12</td>
<td>R$ 100,00</td>
<td>0,2% do faturamento do mês anterior ao da entrega da declaração</td>
</tr>
<tr>
<td>Não respeitar a duração do trabalho (horas extras, intervalos, banco de horas, compensação, adicional, jornadas)</td>
<td>Artigo 75 da CLT + Portaria MTE nº 290/1997</td>
<td>R$ 40,25</td>
<td>R$ 4.025,33 Dobra em caso de reincidência, Oposição ou desacato</td>
</tr>
<tr>
<td>Não pagar DSR</td>
<td>Artigo 1º da Lei nº 12.544/2011 + Lei nº 605/1949</td>
<td>R$ 40,25</td>
<td>R$ 4.025,33 Dobra em caso de reincidência, Oposição ou desacato</td>
</tr>
<tr>
<td>FGTS (deixar de computar parcela, não efetuar depósito)</td>
<td>Artigo 23, §2º, b, da Lei nº 8.036/1990</td>
<td>R$ 10,64</td>
<td>R$ 106,41 Por empregado. Dobra em caso de reincidência, fraude, simulação, desacato, embaraço.</td>
</tr>
<tr>
<td>13º salário (não pagar no prazo, não pagar com médias, etc.)</td>
<td>Lei 7.855/89 art. 3º + Lei nº 4.090/1962</td>
<td>R$ 170,26</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Férias (deixar de pagar com médias, pagar em atraso, pagamento de férias por decisão judicial etc.)</td>
<td>Artigo 153 da CLT</td>
<td>R$ 170,26 + o valor das férias não pagas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Não pagamento das verbas rescisórias no prazo (prazo de 10 dias para pagar e enviar o evento S2299)</td>
<td>Artigo 477, §8º da CLT</td>
<td>R$ 170,26 + 1 salário corrigido do empregado</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Seguro Desemprego (fraude, por exemplo)</td>
<td>Artigo 25 da Lei nº 7.998/1990</td>
<td>R$ 425,64</td>
<td>R$ 42.564,00 Valo máximo em caso de artifício, reincidência, embaraço, simulação.</td>
</tr>
<tr>
<td>Evento</td>
<td>Base Legal</td>
<td>Multas</td>
<td>Observações</td>
</tr>
<tr>
<td>------------------------------------------------------------------------</td>
<td>---------------------------------------------------------------------------</td>
<td>--------------</td>
<td>----------------------------------------------------------------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>PCD (não contratar Pessoa com Deficiência)</td>
<td>Artigo 133 da Lei nº 8.213/1991</td>
<td>R$ 253,36</td>
<td>Não cumprir as metas conforme a lei determina.</td>
</tr>
<tr>
<td>PPP (não elaborar, não atualizar ou não entregar ao trabalhador na rescisão)</td>
<td>Artigo 283, I, h do Dec. 3.048/99</td>
<td>R$ 636,17</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>In fractiones previdenciárias que não tenham multa fixada no Dec. 3.048/99</td>
<td>Artigo 283, caput, do Dec. 3.048/99 + Portaria MF nº 15/2018 Artigo 8º, IV</td>
<td>R$ 2.331,32</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Não incluir na folha de pagamento os segurados (Estagiários, Prestadores de Serviço Pessoa Física e outros).</td>
<td>Artigo 283, I, a., Dec. 3.048/99 + Portaria MF nº 15/2018 Artigo 8º, IV</td>
<td>R$ 2.331,32</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Deixar a empresa de exibir ao INSS os comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária ou apresentar informação diversa da realidade</td>
<td>Artigo 283, II, j, Dec. 3.048/99 + Portaria MF nº 15/2018 Artigo 8º, V</td>
<td>R$ 23.313,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Deixar a empresa de manter LTCAT atualizado ou emitir documento em desacordo com o respectivo laudo</td>
<td>Artigo 283, II, n, Dec. 3.048/99 + Portaria MF nº 15/2018 Artigo 8º, IV</td>
<td>R$ 23.313,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medicina do Trabalho (ex: não fazer PCMSO)</td>
<td>Artigo 201, caput primeira parte, da CLT</td>
<td>R$ 402,53</td>
<td>Valor máximo em caso de artifício, reincidência, embraço, simulação.</td>
</tr>
<tr>
<td>Segurança do Trabalho (não fazer PPRA, não usar EPI’s, exames periódicos ou emendar licença maternidade com férias sem exame de retorno)</td>
<td>Artigo 201, caput segunda parte, da CLT</td>
<td>R$ 670,89</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Deixar de emitir CAT nos prazos legais (morte = imediatamente; acidente sem morte = dia útil seguinte)</td>
<td>Artigos 286 e 336 + 290 e 292 do Dec. 3.048/99</td>
<td>R$ 954,00</td>
<td>Por acidente não informado. Pode dobrar ou triplicar em caso de reincidência, embraço, simulação, tentativa de suborno.</td>
</tr>
<tr>
<td>Evento</td>
<td>Base Legal</td>
<td>Multas</td>
<td>Observações</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------------------------------------------------------</td>
<td>----------------------------------------------------------------------------</td>
<td>------------------------------------------------------------------------</td>
<td>-----------------------------------------------------------------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Admissão (registro do trabalhador) o profissional só pode começar a trabalhar após a assinatura da carteira e do contrato de trabalho</td>
<td>Artigo 47 da CLT</td>
<td>R$ 800,00 no caso de ME ou EPP</td>
<td>Para cada funcionário sem registro</td>
</tr>
<tr>
<td>Deixar de comunicar as alterações existentes no contrato de trabalho (exemplo: alteração de cargo, salário, horário, etc.) e nos dados cadastrais (exemplo: alteração de endereço, grau de instrução, etc) do trabalhador durante a vigência do vínculo empregatício. (S2205 e S2206)</td>
<td>Lei n.13.467/17, altera art. 41 da CLT.</td>
<td>R$600,00</td>
<td>Por empregado prejudicado</td>
</tr>
<tr>
<td>Deixar de informar os afastamentos temporários S2230 (férias atestados de afastamentos superiores a 2 dias licença-maternidade, etc.).</td>
<td>Artigo 92 da Lei nº 8.212/91</td>
<td>R$ 1.812,87</td>
<td>A falta dessa informação sujeita o contribuinte às sanções legais, sendo determinado pelo fiscal do Ministério do Trabalho.</td>
</tr>
<tr>
<td>Atraso de pagamento de salário</td>
<td>Artigo 459 e artigo 4 (Lei 7855/89)</td>
<td>R$170,26</td>
<td>por empregado</td>
</tr>
<tr>
<td>Aviso de férias</td>
<td>Artigo 135 da CLT</td>
<td>R$ 170,26</td>
<td>Na reincidência dobra.</td>
</tr>
</tbody>
</table>